

O IDOSO E A DEFICIÊNCIA

Uma análise da situação sócio-afetiva e educacional dos alunos com deficiência intelectual em fase de envelhecimento

Maria do Rosário Queiroz de Moraes¹

Dalmir Pacheco de Souza²

RESUMO

Este artigo é resultado de um estudo que desvela a situação sócio-afetiva e educacional dos alunos com deficiência intelectual em fase de envelhecimento. Para tanto definimos como local da pesquisa uma Escola de Educação Especial da rede Estadual de Manaus. Numa abordagem qualitativa, como instrumento central de investigação, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os alunos, no sentido de analisar o desenvolvimento educacional, identificar os benefícios sociais e avaliar a vida afetiva tanto na esfera familiar como na individual. Diante da investigação constatamos que os alunos freqüentadores da referida escola vêm de ensino regular ou de salas especiais, apesar de a escola dispor de oficinas pedagógicas que possibilitem habilidades a sua independência e autonomia, essa prática não chega a ser concluída, pois a maioria não consegue atingir esse objetivo. Da análise dessa realidade verificamos que é preciso repensar as práticas pedagógicas e as estratégias para garantir oportunidades adequadas e ajustadas às habilidades e necessidades dos alunos, para que possam ser incluídos na sociedade com todos os direitos como qualquer cidadão.

Palavras-chave: envelhecimento. deficiente intelectual. inclusão social.

ABSTRACT

This article is the result of a study that reveal the situation and socio-affective education of students with disabilities in the process of ageing. For both defined as a place of search School of Special Education Network State of Manaus. In a qualitative approach, as central instrument of research, were semi-structured interviews with students to examine the educational development, identify the social benefits and assess the love life both in the family sphere as the single. Given the research found that the students of that school visitors come from regular schools or special rooms, although the school have workshops teaching skills that will enable its independence and autonomy, this practice is not enough to be completed because the majority can not achieve that goal. The analysis of this reality, we find that we need to rethink the teaching practices and strategies to ensure adequate opportunities and adjusted to the needs and abilities of students so that they can be included in society with all the rights as any citizen.

Key-words: stage of aging. poor mental. social inclusion

¹Pós-graduada no curso de Especialização Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA- IFAM.

²Sociólogo e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Professor de Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas- IFAM.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência intelectual eram identificadas como doentes mentais, loucas ou incapazes e sempre merecedoras da piedade e de assistência social, pois não eram consideradas pessoas com direitos sociais, entre os quais o direito à educação, trabalho e cidadania. Gradualmente essas atitudes sociais foram sofrendo modificações e as pessoas com deficiência intelectual ganham outro referencial e tratamento, mas ainda constatamos a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social.

A constatação de uma sociedade inclusiva é um processo fundamental para o desenvolvimento humano. Entendemos por inclusão, o acesso que todos devem ter ao espaço comum da vida em sociedade e que seja acolhida e aceita a diversidade humana e as diferenças individuais. Como parte desse processo, encontramos a inclusão educacional. Entretanto, até hoje, a prática dominante, relativa ao atendimento das necessidades educacionais de crianças, jovens e adultos com deficiência se realizam em escolas ou salas especiais. Ou o que é pior, em sala de aulas “especiais” dentro das escolas regulares.

A escola inclusiva é aquela que educa todos os alunos em salas do ensino regular. Educar, então, sob a concepção inclusiva, é garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades educacionais, porém ajustadas às habilidades e necessidades de todos. De acordo com alguns autores (MANTOAN, GLAT), no ambiente educacional inclusivo a criança, o jovem e o adulto são considerados seres humanos em sua integralidade e não pessoas com tragédias pessoais. Nesta nova escola, o aluno é visto como um ser com potencial para aprender, contribuir e se desenvolver plenamente até atingir a cidadania.

Entretanto o sistema educacional não se estruturou realmente para o oferecimento de uma educação eficaz para todos, satisfazendo às necessidades dos alunos, independentes de idade, características pessoais, psicológicas ou sociais. Pudemos constatar na investigação feita

na escola de ensino especial, alvo desse estudo, que alguns alunos na faixa etária de trinta a quarenta e cinco anos de idade, até sabem ler e escrever um pouco, mas foram excluídos do ensino regular e de salas especiais por não conseguirem acompanhar os conteúdos programáticos das séries iniciais.

Conforme Brasil (1997 p.19), houve uma evolução na forma de conceber a deficiência, embora, atualmente ainda vivenciamos uma fase assistencialista. As pessoas com deficiência intelectual sempre foram vítimas de preconceitos, vistas como aquelas que necessitam de ajuda, vivem isoladas em suas casas ou em instituições, não são ouvidas em seus interesses e necessidades, sempre representadas pelos familiares ou responsáveis com os quais vivem.

No Brasil a partir do século XX, alguns brasileiros, inspirados em experiências concretizadas na Europa e Norte – americanos, deram início à organização de serviços para atendimentos a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. (MAZZOTA apud SOUZA, 2000 p.55)

No contexto familiar, podemos afirmar que pais, irmãos e avós protegem o filho, irmão e neto dos preconceitos sociais, tratando-os como “eternas crianças” prolongando a passagem para a vida adulta. Já no contexto educacional, a maioria dos educadores também adota este comportamento, utilizando práticas pedagógicas que infantilizam e enfatizam as limitações dos alunos especiais ensinando-os apenas atividades da vida diária e subestimando sua inteligência com atividades vazias e sem sentido pedagógico. Assim, um grande número das pessoas com deficiência intelectual não consegue sua independência porque muitos pais superprotegem seus filhos e, as escolas ou instituições em que se encontram não buscam alternativas de atividades pedagógicas adequadas a sua idade cronológica e mental.

Sabemos que o aprendizado de um ser humano transcorre durante toda a sua vida, porém a maior parte dos alunos com deficiência inte-

lectual em fase de envelhecimento foi excluída do ensino regular ou de salas especiais. Diante desta problemática, indagamos: Como se apresenta a situação sócio-afetiva e educacional destes alunos?

O interesse em desenvolver este trabalho foi fomentado pela realidade cotidiana de alguém que lida com um adolescente com Síndrome de Down e também pela prática profissional na área de educação, que constata a necessidade de implementar políticas que repensem a modalidade dos serviços educacionais que são oferecidos a essas pessoas.

Em pleno século XXI, ainda vivemos em uma sociedade preconceituosa e que pouco interesse demonstra a respeito da diversidade humana. Abandono, desprezo, maus-tratos, pena e omissão são os principais sentimentos e ações direcionadas às pessoas com deficiência.

O presente estudo foi em busca de verificar, identificar, avaliar a vida social, afetiva e educacional dos alunos com deficiência intelectual em fase de envelhecimento que frequentam uma Escola de Ensino Especial da rede estadual de Manaus. A escola funciona com duzentos e cinquenta (250) alunos, oferecendo educação física, laboratório de informática e oficinas pedagógicas de arranjos e decorações, bordados, pintura, reciclagem de descartáveis, reciclagem de jornal, vassouraria, culinária, corte e costura e laboratório de informática. Para a obtenção de dados para esse estudo, recorreu-se à entrevista semi-estruturada realizada com doze alunos com deficiência mental na faixa etária de trinta a quarenta e cinco anos.

1. A DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Como esse estudo objetiva discutir a situação do deficiente intelectual em fase de envelhecimento é relevante analisar o conceito de como a escola e a sociedade convivem com essas pessoas no decorrer da história humana.

A deficiência intelectual é definida na Po-

lítica Nacional de Educação Especial do Brasil como:

Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho da família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. (BRASIL, 1997, p.15).

No mesmo documento (BRASIL 1997), constata-se que já vem de longo tempo a resistência à aceitação social das pessoas com deficiência. Na Idade Média, as pessoas com deficiência sofriam perseguições, eram evitadas e vistas como representantes do mal, enfim, excluídas do convívio social ou sacrificadas. É importante lembrar que a Idade Média se estendeu por um longo período da história da humanidade, marcada por sentimento de rejeição, piedade e proteção. Esses sentimentos e atitudes eram assinalados pela dúvida, ignorância e religiosidade.

A visão do deficiente, nos perturba porque ele funciona como um espelho qual vemos refletida a ameaça de nossa deficiência potencial. Devido à fragilidade natural do ser humano, gostamos de pensar sobre nós mesmos como pessoas completas, constantes e permanentes. O deficiente nos faz lembrar a nossa própria falta, instabilidade e efemeridade (GLAT, 2000 p.32).

De acordo com Glat (2000), a percepção da deficiência em outra pessoa nos remete a nossa própria fragilidade, nossas limitações e nossas imperfeições, faz-nos refletir sobre tudo o que tememos de nós mesmos. Por isso, torna-se difícil aceitar o deficiente como uma pessoa dotada de sentimentos, desejos e possibilidades como uma pessoa considerada normal.

Quanto à educação das pessoas com de-

ficiência intelectual, no Brasil, o atendimento médico-pedagógico teve início em 1874 num Hospital Estadual de Salvador, na Bahia. A partir de 1900, surgiram várias escolas e instituições como Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE.

O Ministério da Educação e Cultura do Brasil criou um órgão central responsável pelo atendimento aos excepcionais, O Centro Nacional da Educação Especial – CENESP, Decreto nº. 72.425 de julho de 1973, com a finalidade de “promover, em todo o território nacional a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (PEREIRA Apud SOUZA, 2000, p.61).

Atualmente, no contexto educacional, as pessoas com deficiência intelectual são assistidas em escolas de ensino especial, em instituições ou salas especiais onde muitos permanecem por muitos anos como eternos alunos. Alguns aprendem apenas atividades da vida diária (autocuidado) e outros, nem isso.

Poucos são os alunos com deficiência intelectual que são incluídos no ensino regular e quando inclusos, apenas a minoria consegue sucesso na vida escolar. Outros se deparam com um ambiente que não oferece estímulos ao seu desenvolvimento biopsicossocial e acabam segregando e reforçando as limitações impostas pela deficiência, isto conseqüentemente faz com esses alunos não tenham um rendimento satisfatório.

Segundo Mantoan (apud BRASIL 1996, p.30), o deficiente intelectual, do mesmo modo que a pessoa normal é capaz de construir sua inteligência na medida em que a solicitação do meio escolar desencadeia o processo de equilíbrio, que é um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento cognitivo.

Portanto, quando as pessoas com deficiência intelectual freqüentam uma escola que lhes proporcionem uma aprendizagem por meio de atividades que estimulem capacidades escondidas e latentes, tendem a apresentar avanços no campo intelectual, social e afetivo, no entanto, a realidade demonstra que algumas modalidades educacionais e práticas pedagógicas dão importância às limitações, às dificuldades das pessoas com deficiência intelectual, limitando sua es-

colaridade ao simples adestramento de funções perceptivo-motoras, chegando apenas alguns aspectos relacionados à socialização.

1.1. Caminhando para a inclusão

Já se observa que uma grande parcela das pessoas com deficiência intelectual está alcançando níveis escolares nunca antes imaginados, isto porque sistemas de apoio e adaptações curriculares adequadas estão permitindo uma aprendizagem efetiva e progressiva. Toda essa evolução é apoiada pelas políticas públicas educacionais inclusivas como a Lei nº. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, determina que o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência seja preferencialmente na rede de ensino e quando necessário haverá serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da educação especial.

O atendimento aos alunos com deficiência será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas escolas comuns de ensino regular. As Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, Resolução CNE/CEBN Nº.2/11/200, expressa que a educação especial, uma modalidade da educação escolar, assegura um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educativas especiais em todas as etapas e modalidades da educação básica.

A inclusão causa uma mudança da perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. (MANTOAN apud GIL, 2002 p.29).

Conforme os autores acima mencionados a educação inclusiva é um meio para alcançar a inclusão social, uma vez que a escola presta atendimento a todos os segmentos sociais, atende a todos independente de cor, raça, classe social e respeita o direito do indivíduo ser diferente.

Na verdade, para se implantar essa prática inclusiva enfrentamos várias dificuldades como a resistência de muitos professores sem formação específica, medo de falharem, receio de conviver com as diferenças, outra grande barreira é falta de uma escola estruturada adequadamente e provida de materiais e recursos adaptados às necessidades dos alunos especiais. Fato é que, na prática, a inclusão ainda não acontece, o que existe são alunos com necessidades especiais inseridos nas salas de ensino regular, com professores, gestores, pedagogos e funcionários despreparados e salas sem recursos pedagógicos. Logo, a maioria dos alunos não consegue acompanhar os conteúdos ministrados, é “reprovado” por vários anos e finda excluído do processo educativo.

1.2. Inserção no mercado de trabalho da pessoa com deficiência

Gradualmente, o deficiente está sendo inserido no mercado de trabalho, porém há muito a ser conquistado, especialmente quando se trata de pessoas com deficiência intelectual, pois são vítimas de preconceitos e discriminação. De acordo com Denari (2006 p.219), o trabalho é um requisito essencial para uma completa integração; as pessoas se sentem bem quando há trabalho, não somente pela garantia de “ganhar a vida”, mas pela sensação de ser útil e sentir-se cidadão com direitos e deveres na sociedade. No entanto, o emprego é um bem escasso às pessoas com necessidades especiais, pelo fato de encontrarem grandes obstáculos para seu ingresso no mercado competitivo e nele permanecerem com sucesso.

De acordo com Brasil (1997, p. 139), “o mercado de trabalho é apenas um desejo de muitas pessoas com deficiência mental e de suas famílias, porque o seu acesso é dificultado por

diversas razões”: superproteção das famílias, limitações cognitivas e adaptativas da pessoa com deficiência, falta de oportunidade, capacitação e qualificação profissional para a pessoa com deficiência, preconceito e discriminação social, exigência de escolaridade para cursar os programas profissionalizantes.

2. ASPECTOS SÓCIO-AFETIVO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Falar sobre sexo durante muito tempo foi considerado um tabu. Principalmente quando se trata da sexualidade da pessoa com deficiência. Entretanto, atualmente, este tema começou a receber atenção tanto no meio clínico, como no meio acadêmico e familiar. Segundo Glat (2000, p.12), ainda é bastante arraigado, tanto entre os familiares, quanto entre os profissionais da educação e saúde, o mito de que a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual (ou qualquer outra deficiência) é por natureza intrinsecamente problemática, quando não patológica.

Tratamos a pessoa com deficiência intelectual como um indivíduo anormal e que todas as suas atitudes e comportamentos, inclusive a sexualidade, são considerados atípicos, por isso a preocupação dos pais, professores, fonoaudiólogos e até mesmo de alguns psicólogos é encontrar meios para controlar e canalizar a sexualidade dos filhos, alunos e pacientes com deficiência. Na verdade, os indivíduos com deficiência não têm ausência em seus impulsos sexuais, sentem desejo e prazer como qualquer pessoa, e quando orientados aprendem a controlar e exprimir seus desejos de forma socialmente apropriada.

A questão da sexualidade da pessoa com deficiência requer, ainda, muitos estudos e discussões. Vários aspectos como a esterilização, a possibilidade de casamento, a procriação, a educação sexual, a expressão da sexualidade, a orientação familiar, precisam de maior aprofundamento e estratégias para a aplicação e divulgação desses conhecimentos.

2.1. O idoso com deficiência

Em nossa sociedade, as pessoas idosas são taxadas como ineficientes, rabugentas, improdutivas e desgastadas tanto fisicamente como mentalmente. Quanto às pessoas com deficiência intelectual o tratamento é diferente? Também são socialmente discriminadas e rotuladas como incapazes e improdutivas? E como será a situação das pessoas que além de idosas apresentam deficiência intelectual? Pois são tratadas como crianças pelos familiares que não atentam para o fato de que essas pessoas devem ter opinião própria, desejos, idéias e objetivos diferentes dos pais, irmãos e demais pares.

A pessoa com deficiência mental, especialmente as que têm deficiências mais severas, possuem um período de vida mais curto, em geral, pode-se esperar que um número significativo delas viva até os seus cinqüenta ou sessenta anos (XAVIER, 2006 p.2)

A velhice é inevitável, organicamente falando. Nesta fase ocorre uma gradual perda de energia, uma diminuição da capacidade de responder estímulos. Há uma degeneração neuronal progressiva, um decréscimo da audição e da visão e, assim todas as funções orgânicas vão, pouco a pouco se comprometendo (BOLSANELLO, 1986 p.266).

As modificações físicas com o passar dos anos são inevitáveis; conviver com elas é aceitar a própria natureza humana. Porém junto ao envelhecimento físico, é importante ter consciência da necessidade de ser amado e de se aceitar, pois quem é amado se sente útil, autônomo, alegre e feliz.

O que esperar da pessoa com deficiência intelectual que nunca alcançou uma fase dinâmica, um desenvolvimento psicológico sadio e um desenvolvimento mental de qualidade? Pouco se sabe sobre o envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual, há pouca produção e disseminação de conhecimento nesta área.

Conforme (TELFORD, 1975 e BOLSANELLO, 1986) a velhice é uma fase normal do desenvolvimento humano, porém, o declínio

físico e orgânico não é somente o resultado do tempo de vida acumulado pelo sujeito, mas das condições inadequadas ou impróprias às quais foi submetido em fases anteriores do ciclo vital; todo o desenvolvimento da pessoa depende do ambiente em que ela vive. Se o ambiente for de rejeição ela será uma pessoa infeliz, amarga, implicante e triste. Mas, se, a ela for reservado um lugar digno será uma pessoa adaptada e que aceita as transformações físicas ocorridas consigo.

De acordo com Telford (1988, p. 626), é muito freqüente que os idosos apresentem também, demência senil a qual se manifesta por meio de um retraimento gradual de ordem pessoal e social, um estreitamento de interesses e atividades, uma perda de perspicácia e uma resistência geral a inovação e às alterações na rotina. São comuns os períodos de confusão e perda de memória para acontecimentos mais recentes. A insônia também é comum. À medida que a demência progride, verifica-se uma falta de interesse pela aparência, a depressão é profunda, a compreensão é reduzida e instala-se um estado de confusão e desorientação.

Não podemos esquecer que a saúde mental é o resultado dos fatores do meio social e da personalidade individual, por isso o idoso precisa sentir-se amado, respeitado, capaz de desempenhar tarefas com competência, utilidade e ser reconhecido de modo positivo pelos seus semelhantes. No entanto, observa-se que a maioria dos idosos vive de maneira desumana. Muitos vivem em instituições, outros em moradias inadequadas, muitas vezes sem assistência e desprezados pela família, tornando-se pessoas doentes, infelizes e tristes. Sendo premiado por seus anos de serviços com uma aposentadoria que não lhe garante a sobrevivência.

Nestes últimos anos os órgãos públicos, a sociedade, as igrejas e as escolas têm demonstrado mais interesse pela terceira idade, pois há associações, campanhas, programas sociais e outros com a intenção de eliminar preconceitos e contribuir para a melhoria da condição física, mental e social desta faixa etária. Entre as instituições que abraçam esta causa, destacamos o projeto social do Serviço Social do Comércio

(SESC), do Serviço Social da Indústria (SESI), da Universidade Federal do Amazonas e de algumas escolas da Secretária Municipal de Educação que oferecem lazer, participação comunitária e atividades esportivas.

Todavia, é válido lembrar que muitos desses programas ainda não se expandiram por todas as comunidades, o que não oportuniza um envolvimento mais democrático e igualitário para todos os idosos desejosos em participar desses eventos coletivos e de integração social. O grande desafio é assegurar a participação do idoso fraco, pobre, analfabeto, deficiente intelectual nesses projetos sociais. Contudo, na maioria das vezes, quem participa são idosos saudáveis, que possuem noção de seus direitos, condições físicas, econômicas e sociais, que os colocam numa posição favorável na influência e na tomada de decisões.

O Conselho Nacional do Idoso é responsável pela viabilização do convívio, integração e ocupação do idoso na sociedade, através da sua participação na formulação das políticas públicas, projetos e planos destinados à sua faixa etária. Suas diretrizes priorizam o atendimento domiciliar, o estímulo à capacitação dos médicos na área da gerontologia, criação de serviços alternativos de saúde, como casas-lares e hospitais-dia (LEI 8.842/94 apud SILVA, 2005,p.9).

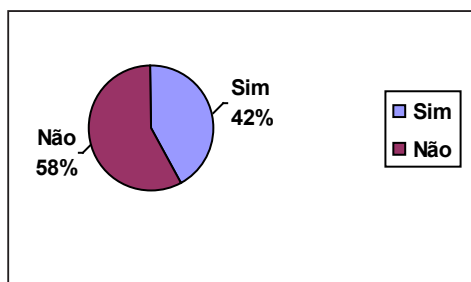
Embora a lei se expresse com clareza, infelizmente nem sempre é cumprida, pois diariamente defronta-se com descaso, desrespeito e violência para com os idosos. O próprio sistema de aposentadoria adotado no Brasil reforça muitas injustiças e desigualdades sociais, impossibilitando-os, devido à quantia irrisória que recebem de desfrutar uma vida com qualidade, com atendimento médico hospitalar adequado, habitação e alimentação.

3. ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A REALIDADE ESCOLAR

Em resposta as dúvidas e questionamentos que motivaram este artigo, a seguir apresentamos

alguns dados resultantes do estudo realizado em uma Escola de Educação Especial da rede estadual de Manaus. Os resultados são apresentados por meio de Análise Descritiva, respondendo às questões apresentadas nas entrevistas realizadas com doze alunos na fase de envelhecimento e que têm deficiência intelectual. Para cada questionamento elaboramos um gráfico.

VOCÊ LÊ E ESCRIVE?



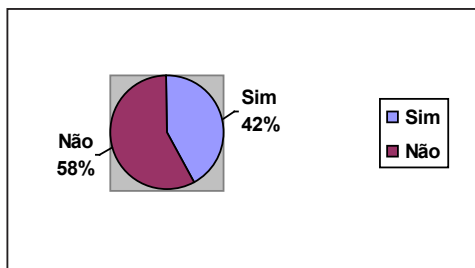
Conforme a Lei 9.394/ 96 – Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Artigo 59, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicos, recursos educativos para atender às necessidades.

Na prática, essa Lei não se concretiza, pois os doze alunos entrevistados começaram sua vida escolar aos sete anos de idade, passaram oito anos no ensino regular, outros em salas especiais, somente cinco alunos conseguem escrever seus nomes e algumas palavras; sete não conseguem escrever sequer os seus nomes, não dominam noções de espaço, de tempo e lateralidade, portanto a escola espera que os alunos se adaptem a ela, o que na realidade deveria ser ao contrário, pois é a escola que deve adaptar-se aos alunos.

O sistema educacional sempre trata todos iguais como se as pessoas assim fossem. Agindo dessa forma, desrespeita as individualidades e limitações de cada um. Com isso não contribui para o desenvolvimento educacional geran-

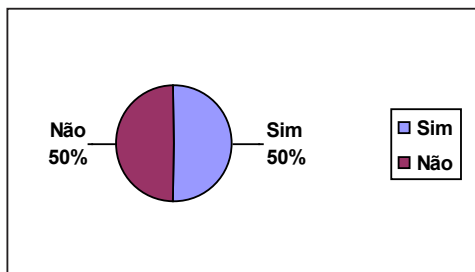
do exclusão. A maioria dos professores não está preparada para conviver com as diferenças, por isso não acredita no potencial das pessoas com deficiência e tão pouco no seu potencial como profissional.

VOCÊ TRABALHA?



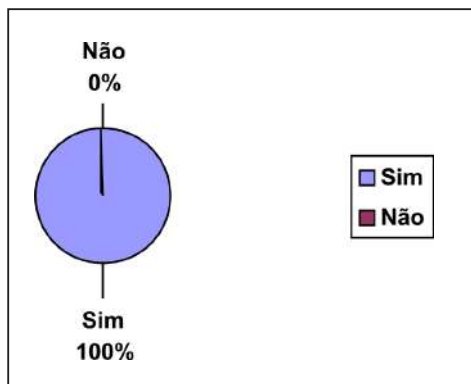
Sabemos que o trabalho é um direito de todo cidadão, porém é um bem escasso às pessoas com deficiência intelectual, pois os cinco alunos que trabalham, um apenas tem carteira assinada e trabalha em uma fábrica do Pólo Industrial de Manaus, três trabalham como estagiários em um programa municipal (Programa acesso à cidadania), um aluno vende jornal, sete não tem uma renda fixa, trabalham nos afazeres domésticos.

VOCÊ RECEBE BENEFÍCIO? (aposentadoria)



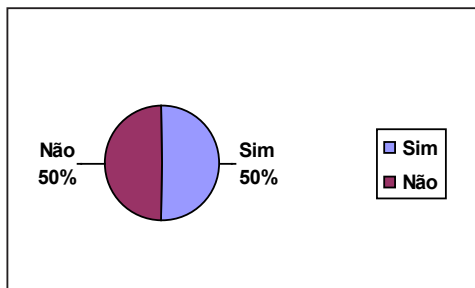
Toda pessoa necessita de moradia, comida, objetos pessoais, saúde e lazer. Além disso, as pessoas com deficiência intelectual precisam de alguns atendimentos especiais para seu desenvolvimento pessoal como fonoaudiólogo, psicólogo, terapias e outros. Se a escola e a família não dispõem desses recursos, como o deficiente intelectual pode desenvolver-se como pessoa, uma vez que a ele é negado o benefício? Como se pode observar através do gráfico, seis alunos não recebem o benefício do governo federal (ou aposentadoria, como é conhecido).

VOCÊ TEM UM BOM RELACIONAMENTO COM SUA FAMÍLIA?



Ter uma pessoa com deficiência na família não pode ser encarado como castigo ou cruz. Deve ser vista como oportunidade de reconhecer e aceitar os limites de cada um para o crescimento em comum. As pessoas com deficiência intelectual precisam sentir-se amadas, respeitadas e aceitas nas suas famílias, uma vez que a escola e a sociedade as rotulam, discriminam e desrespeitam. Todos os alunos entrevistados moram com os pais ou alguém da família. Relataram que gostam muito de suas famílias, dependem delas para viverem e sentem-se amados.

VOCÊ TEM NAMORADO (A) OU JÁ NAMOROU?



Segundo (GLAT,2000, p.16), as pessoas com deficiência intelectual também sentem desejo e prazer como qualquer outra pessoa, por isso elas têm o direito de namorar e exercer de algum modo, a sua sexualidade e de desfrutar normalmente da convivência social e afetiva com membros de outro sexo. Seis alunos não namoram porque os pais não permitem. As mulheres são as maiores vítimas da violação do direito de se divertirem, de sair para conversar com as amigas e de namorar. São tratadas pelas famílias como crianças. Os que namoram dizem que é difícil arranjar namorada fora da escola porque são discriminados, por isso namoram na própria escola, alguns sentem vontade de casar, mas não têm condições financeiras de manter uma família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um meio para alcançar a inclusão social, por isso a diferença precisa deixar de ser vista como problema e ser assumida como oportunidade. É urgente garantir às pessoas com deficiência intelectual uma educação que permita a todos os alunos sem nenhuma distinção, ter oportunidades educacionais adequadas e ajustadas às suas habilidades e necessidades.

Até o presente momento tanto o sistema educacional e quanto a sociedade não tem se

preocupado com o desenvolvimento biopsico-social das pessoas com deficiência que estão na fase de envelhecimento. Conforme o estudo realizado na Escola de Ensino Especial da rede estadual de Manaus, verificamos que alguns alunos nem sequer sabem escrever seus nomes, não desenvolveram a linguagem e nem a motricidade e vivem totalmente dependentes de suas famílias.

Verificamos que muitos alunos que frequentam as oficinas pedagógicas há muitos anos, não conseguem aprender nenhuma profissão, outros aprendem e confeccionam muito bem tapetes, bordados, objetos reciclados, vassouras, objetos de madeira. Mas são excluídos do mercado de trabalho porque não têm escolaridade, e ainda, a escola e as famílias desses alunos não dispõem de recursos financeiros para uma maior produção dos artesanatos, ou seja, os alunos acabam não gerando renda, sendo assim excluído do mercado de trabalho e sem perspectivas de independência.

Mesmo assim, sentem-se úteis e produtivos com o pouco que eles conseguem produzir. Essa produção é exposta na feira de artesanato da escola que é realizada uma vez por ano. A renda dessa produção é usada para o lazer dos alunos e na própria manutenção das oficinas.

Observamos a precariedade da situação sócio-educacional dos alunos com deficiência intelectual em fase de envelhecimento, uma vez que a escola não oferece condições para o crescimento pessoal e também não desperta a busca e a conquista de reais alternativas profissionalizantes, contribuindo dessa forma para a segregação e exclusão social, indo de encontro às diretrizes que fundamentam a educação inclusiva brasileira.

As pessoas com deficiência intelectual precisam de cuidados diversificados e de uma boa qualidade de vida, para isso é necessário que as universidades, as famílias, o sistema educacional, criem grupos de reflexão sobre essa temática a fim de informar e preparar a sociedade, a família e a escola para que o deficiente intelectual possa envelhecer com dignidade.

REFERÊNCIAS

- BOSANELLO, Aurélio, *BOSANELLO, Maria Augusta. Conselhos: Análise do Comportamento Humano em Psicologia*. Volume IV. Ed. Educacional Brasileira. S.A. Curitiba-Paraná 1986.
- BRASIL, Secretária de Educação Especial, *Deficiência mental* / organizado por Erenice Soares Carvalho, - Brasília: SEESP, 1997, 150 p. (série Atualidades Pedagógicas; n.º.3) Deficiência mental.
- BRASIL, Educação Inclusiva: *Fundamentação Filosófica* / Coordenação Geral SEESP/ MEC, Organização Maria Salete, Fábio Aranha – Brasília Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2004.
- DENARI, Fátima Elizabeth, et all *Inclusão Compartilhando Saberes*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 2006.
- GIL, Marta. *Deficiência mental e inclusão*. Artigo extraído do Sit www.tvebrasil.com.br/SALTO/2002/ede/edeim.htm.
- GLAT, Rosana. *A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão*. Séries questões atuais em educação especial. Volume I. Ed. Sette Letras. Rio de Janeiro. 1998.
- _____, Rosana e Freitas, R. Cândida. *Sexualidade e deficiência mental: Pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema*: Série Questões atuais em ed. Especial. V. II. Ed. Sette Letras RJ. 200
- MANTOAN, Maria Tereza Égler. *Educação Integrada do Portador de Deficiência Mental*, Lúcia de Araújo Martins In: Brasil- Revista Integrada. Ministério da Educação. Secretária de Educação especial. N.º. 16,1996.
- SILVA, Marina da Cruz. *O processo de /enve-*
lhecimento no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro, 2005. Texto extraído do Sit. Scielo. com.br.
- SOUZA, Jane Maria Catunda. *Benefícios e Dificuldades que os alunos p.n.e.e, enfrentam no processo de Inclusão no Ensino regular numa escola da rede estadual de ensino no município de Manaus*, Dissertação de Mestrado. ULBRA. 2000.
- TELFORD, Charles W. *O indivíduo Excepcional*. 5ª.ed. Editora Zahar, Rio de Janeiro. 1975.
- XAVIER, Maria Amélia Vampé, Rebraf SP.Cap. Diem, Sorri Brasil S.Fenapaes, Brasília (Diretoria para Assuntos Internacionais), *Inclusion InterAmerican e Inclusion Internacional em 19 de abril*, 2006, texto extraído do Sit Scielo. Com.br.